



8º CIAP
ABAP 50 ANOS
Raízes e Horizontes de uma trajetória
de ação pelas paisagens brasileiras

A Produção Social da paisagem no Parque Florestal Antônio de Albuquerque em Campo Grande-MS: história urbana, natureza e apropriação social

SESSÃO TEMÁTICA: ET2 – DIMENSÃO HUMANA DO PROJETO, DO
PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

Isabella Souza Pettengill
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
E-mail: isa.pettengill@gmail.com

Cynthia de Souza Santos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
E-mail: cynthia_souza@ufms.br

RESUMO

O Parque Florestal Antônio de Albuquerque constitui uma das paisagens mais representativas de Campo Grande. Localizado na confluência dos córregos Prosa e Segredo, integra um sistema de espaços livres cuja vocação ecológica e social se consolidou ao longo do século XX. Inicialmente instituído como viveiro municipal e, posteriormente, transformado em parque urbano, o Horto Florestal desempenhou papel relevante na arborização da cidade, na regulação microclimática, no lazer público e na construção da memória coletiva. Sua interdição em 2025, decorrente de sucessivos processos de degradação, evidenciou fragilidades institucionais na gestão da paisagem urbana e mobilizou a população em defesa do espaço. Este artigo, derivado de uma pesquisa de conclusão de curso, examina a produção social da paisagem do Horto com base em autores como Macedo, Sakata, Gehl e Lefebvre, articulando história urbana, hidrografia, apropriação social e políticas públicas. A metodologia adotada combina revisão bibliográfica, análise documental, estudo histórico e interpretação de entrevistas. Os resultados indicam que, embora o Horto apresente expressivo potencial ecológico, simbólico e social, permanece suscetível à descontinuidade administrativa. Conclui-se que sua recuperação requer ações que integrem hidrografia, memória, funções ambientais e demandas sociais, reafirmando sua importância para a cidade.

PALAVRAS-CHAVE: paisagem; parques urbanos; hidrografia; espaços livres urbanos; Campo Grande-MS.

ABSTRACT

The Antônio de Albuquerque Forest Park is one of the most representative landscapes of Campo Grande. Located at the confluence of the Prosa and Segredo streams, it is part of a system of open spaces whose ecological and social vocation was consolidated throughout the 20th century. Initially established as a municipal nursery and later transformed into an urban park, the Forest Garden played an important role in the city's afforestation, microclimate regulation, public leisure, and the construction of collective memory. Its closure in 2025, due to successive processes of degradation, highlighted institutional weaknesses in the management of the urban landscape and mobilized the population in defense of the space. This article, derived from an undergraduate thesis research, examines the social production of the Horto landscape based on authors such as Macedo, Sakata, Gehl, and Lefebvre, articulating urban history, hydrography, social appropriation, and public policies. The methodology adopted combines bibliographic review, documentary analysis, historical study, and interpretation of



interviews. The results indicate that, although the Horto has significant ecological, symbolic, and social potential, it remains susceptible to administrative discontinuity. It is concluded that its recovery requires actions that integrate hydrography, memory, environmental functions, and social demands, reaffirming its importance for the city.

KEYWORDS: landscape; urban parks; hydrology; urban open spaces; Campo Grande-MS.

1 INTRODUÇÃO

A formação urbana de Campo Grande está profundamente vinculada à hidrografia local, especialmente à confluência dos córregos Prosa e Segredo. Segundo Cunha, Moro e Santos (2018), no entorno desses cursos d'água teria tido início o povoado de Santo Antônio do Campo Grande, atual cidade de Campo Grande. Weingartner (2008, p. 35) afirma que, no município, “o sentido de ocupação do território seguia como referência o limite norte do vale do Córrego Prosa”. Nesse caso, é possível afirmar que os vales fluviais estruturaram não apenas o desenho inicial da cidade, mas também a lógica de expansão urbana que se seguiu ao longo do século XX.

O Horto Florestal, nome como é popularmente conhecido, está situado no ponto de encontro entre os córregos Prosa e Segredo e configura-se como uma paisagem fundadora cuja localização condiciona sua vocação ecológica e urbana. Seu primeiro estabelecimento formal ocorreu em 1923, quando a área, então mais extensa, foi inicialmente destinada ao Parque Municipal de Campo Grande mas acabou sendo convertida em Viveiro Municipal (Weingartner, 2008, p. 43). Sucessivas intervenções urbanas reduziram sua extensão, de modo que, desde 1995, a partir de um projeto do Arquiteto Élvio Garabini, os atuais 4,4 hectares passaram a ser oficialmente reconhecidos como parque urbano, sob a denominação de Parque Florestal Antônio de Albuquerque.

A literatura de Macedo e Sakata (2003) reforça que parques urbanos possuem dupla função: são infraestruturas ecológicas e equipamentos sociais estruturadores do sistema de espaços livres. O Horto Florestal de Campo Grande se configura como tal, uma vez que trata-se de um espaço cuja trajetória centenária evidencia não apenas seu papel estratégico na arborização e no manejo ambiental da cidade, mas também sua relevância para a memória coletiva e para a própria produção social do espaço urbano de Campo Grande.

Entretanto, ao longo das últimas décadas, observou-se crescente degradação estrutural, redução do uso social e descontinuidade da manutenção, culminando no fechamento do parque em 2025. Segundo registro jornalístico, “o fechamento gerou forte mobilização comunitária, indicando o valor simbólico e afetivo do Horto para diferentes gerações” (Campo Grande News, 2025).

Neste contexto, o presente artigo busca analisar a produção social da paisagem do Horto Florestal, considerando sua história, sua vocação como parque urbano e sua apropriação social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo de formação do Parque Florestal Antônio de Albuquerque tem origem no início do século XX, quando a área localizada na confluência dos córregos Prosa e



Segredo passou a ser palco de diversas atividades urbanas. Juntos, os córregos formam o atual Rio Anhanduizinho, como representado na Figura 2. De acordo com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (2017), nesse período, o local sediou atividades do Matadouro Municipal e do Saladeiro, onde carne e couro bovinos eram processados e salgados para posterior envio por ferrovia à cidade de São Paulo (apud Almeida et al., 2018, p. 3893-3910).

2.1 A Produção Social do Espaço Urbano

Lefebvre (2001) compreende o espaço urbano como produto social, estruturado pelas relações entre o espaço concebido, percebido e vivido. Essa perspectiva é fundamental para analisar parques urbanos, nos quais a materialidade espacial frequentemente entra em tensão com a experiência dos usuários.

Nesse sentido, a produção social do espaço urbano manifesta-se claramente no Horto Florestal. Planejado inicialmente como parque, implementado como viveiro municipal e posteriormente transformado em parque urbano, o Horto passou por sucessivas metamorfoses que expressam diferentes concepções de cidade. Como espaço percebido, o local oferece paisagens sombreadas, trilhas e áreas de convivência em meio a um ambiente natural raro na área central, diretamente associado aos córregos Prosa e Segredo (Macedo; Sakata, 2003). Como espaço vivido, foi apropriado afetivamente por gerações que ali construíram memórias, realizaram práticas sociais e desenvolveram atividades educativas e culturais.

A tensão entre essas dimensões revela que o Horto extrapola a condição de simples equipamento urbano, constituindo-se como um campo de significados coletivamente construídos, onde se entrelaçam valores ambientais, históricos e sociais de Campo Grande. Porém, a interrupção do uso cotidiano após sua interdição evidencia uma ruptura na produção social: apesar de concebido para o lazer e o convívio, sua degradação impossibilitou o pleno exercício do direito à cidade.

2.2 Parques urbanos como infraestrutura ecológica e social

Parques urbanos diferenciam-se de praças por sua escala, autonomia espacial e profundidade ecológica. No âmbito dos parques urbanos, tomou-se o conceito elaborado por Kliass e Magnoli (2006, p. 251), o qual divide os parques urbanos em quatro categorias principais, conforme sua escala de atendimento e função urbana: parque de vizinhança, parque de bairro, parque regional e parque-cidade.

Critérios como área de referência, metros quadrados por habitante e raio de atendimento são levados em consideração na classificação de um parque urbano. Porém, além dos parâmetros numéricos, os parques-cidade devem “representar simbolicamente a cidade e abrigar uma multiplicidade de atividades culturais, esportivas, ecológicas e turísticas” (Kliass; Magnoli, 2006, p. 251). Dessa forma, além dos fatores ecológicos, compreender um parque urbano implica reconhecer sua dimensão social, conforme discutido anteriormente a partir de Lefebvre.

No caso do Horto Florestal, essa compreensão torna-se ainda mais evidente: sua inserção em um vale hidrográfico central, sua história de usos sucessivos e sua presença no cotidiano da população conferem-lhe funções que ultrapassam métricas de área ou raios de atendimento. O Horto opera, simultaneamente, como infraestrutura



ambiental e como lugar de interação social, articulando convivência, memória e identidade coletiva, atributos que o aproximam das características de um parque-cidade, tal como descrito por Kliass e Magnoli (2006), independentemente de sua escala física restrita.

2.3 A dimensão humana do Parque Urbano

Autores como Gehl (2013) apontam que a vitalidade dos espaços públicos depende da convivência, da permanência e da qualidade ambiental que esses locais oferecem. Parques urbanos, nesse sentido, tornam-se fundamentais por integrarem vida social e natureza, proporcionando experiências sensoriais e afetivas que o ambiente construído não é capaz de suprir.

Essa integração pode ser potencializada por estratégias projetuais que aproximam o usuário da paisagem, tais como: percursos sombreados, mirantes sobre fundos de vale, áreas de estar em meio à vegetação, espaços para atividades educativas ao ar livre e a valorização de elementos hídricos enquanto componentes estruturadores da experiência urbana. Depoimentos da população local reunidos no decorrer da pesquisa, demonstram que muitos usuários procuram no Parque Florestal Antônio de Albuquerque equipamentos além do lazer contemplativo, função predominante no programa atual, mas também lazer ativo, eventos culturais, vínculo intergeracional e práticas educativas, como as atividades escoteiras.

A literatura evidencia que tais recursos favorecem percepções de refúgio, segurança e pertencimento, elementos fundamentais para o bem-estar urbano e para a apropriação coletiva dos espaços livres. Para Macedo e Sakata (2003), a força dos parques reside justamente na articulação entre funções ecológicas e sociais, constituindo paisagens que contribuem simultaneamente para a regulação ambiental e para a construção de vínculos. Nesse sentido, a dimensão humana do parque urbano não se limita ao uso que ele comporta, mas emerge da relação contínua entre ambiente natural, práticas sociais e produção simbólica do espaço e sim na relação que se fortalece quando o projeto valoriza e torna acessíveis os elementos naturais que estruturam a paisagem.

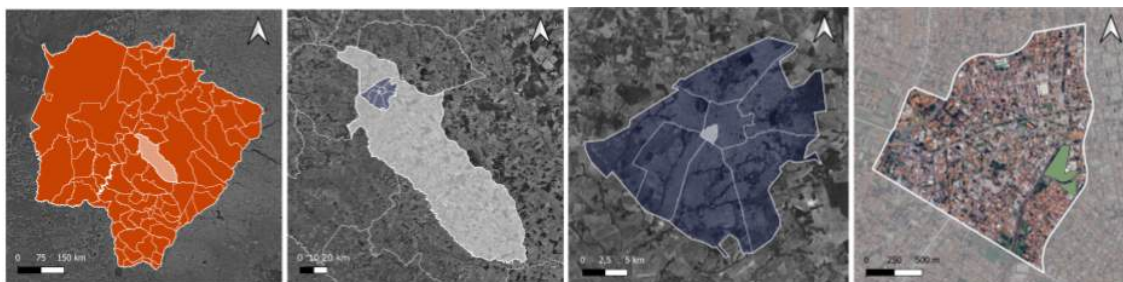
2.4 Panorama histórico do Parque Florestal Antônio de Albuquerque

O Parque Horto Florestal Antônio de Albuquerque está localizado no município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul (ver Figura 1), constitui um marco histórico e ambiental fundamental para a compreensão do processo de ocupação e urbanização da cidade. Segundo Weingartner (2008, p. 169) “o Horto Florestal se trata de uma área dotada de grande visibilidade política, também considerada como um marco urbano por situar-se sobre a região onde iniciou a ocupação da cidade”. Sua trajetória reflete as transformações da capital sul-mato-grossense desde o século XIX até os desafios contemporâneos de preservação patrimonial.

O processo de formação do Parque Florestal Antônio de Albuquerque tem origem no início do século XX, quando a área localizada na confluência dos córregos Prosa e Segredo passou a ser palco de diversas atividades urbanas. Juntos, os córregos formam o atual Rio Anhanduizinho, como representado na Figura 2. De acordo com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (2017), nesse período, o local sediou atividades do Matadouro Municipal e do Saladeiro, onde carne e couro bovinos eram

processados e salgados para posterior envio por ferrovia à cidade de São Paulo (apud Almeida et al., 2018, p. 3893-3910).

Figura 1: Mapa de localização do município de Campo Grande, da região urbana de Campo Grande, do Bairro Amambai e do Parque Florestal Antônio de Albuquerque dentro do bairro (da esquerda para a direita).



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Figura 2: Mapa representativo das Bacias Hidrográficas do Bairro Amambai com o Parque Florestal Antônio de Albuquerque (Horto Florestal) em destaque.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Em 1922, a Resolução n. 69 desmembrou a área do antigo Matadouro Municipal, então com 11,5 hectares, destinando parte do terreno à implantação do Parque Municipal. Apesar da existência de um projeto para o espaço livre, a área foi posteriormente convertida em viveiro destinado à produção de mudas para a arborização urbana, o chamado Viveiro Municipal (Weingartner, 2008, p.43). Entre os anos de 1926 e 1978, o local abrigou não apenas o viveiro de mudas, mas também estruturas municipais de apoio, como carrinhos de limpeza, edificações funcionais e áreas de bosque heterogêneo e eucaliptal, configurando um espaço livre de múltiplos usos sob gestão da Prefeitura (Garabini, 2004, p. 157).

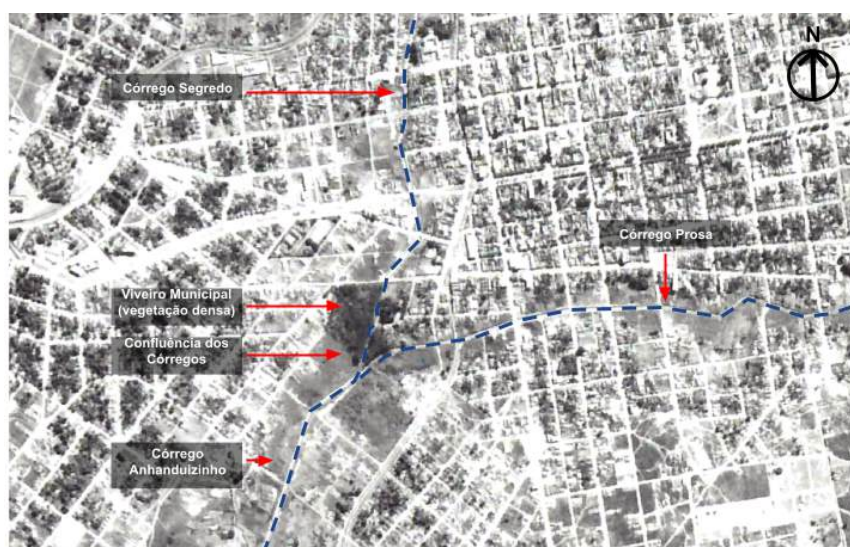
No final da década de 1960, a Companhia Hidroservice (SP) foi contratada para introduzir diretrizes modernistas para Campo Grande. O produto final foi um plano de

reformulação e expansão urbana que, além de uma setorização funcional e um sistema de tráfego articulado, incluía o desenho de grandes áreas verdes em fundos de vale e a criação do chamado Parque Anhanduí, área correspondente ao atual Horto Florestal que, na época, ainda era chamado de viveiro. (Silva; Anunciação, 2018, p. 630).

Entretanto, o projeto não previa a integração desse parque com os espaços livres do entorno. Dessa forma, as desapropriações, as obras de canalização do córrego Segredo e a abertura de ruas arteriais resultaram na redução significativa da área inicialmente prevista para o parque, com a consequente eliminação de vegetação ciliar e alteração expressiva da paisagem do vale. A porção remanescente desses processos corresponde ao que hoje se reconhece como Horto Florestal (Silva; Anunciação, 2018, p. 630).

Na Figura 3, observa-se a área do viveiro na década de 1960, em um momento no qual os córregos ainda não apresentavam o grau de retificação identificado nas intervenções posteriores. A configuração mais sinuosa dos cursos d'água permite inferir que a ortofoto foi produzida antes da execução das principais obras de infraestrutura no Córrego Prosa, que resultaram na atual Avenida Fernando Corrêa da Costa.

Figura 3: Ortofoto que compreende o entorno do Viveiro Municipal, 1966.



Fonte: SISGRAN com edição da autora, 2025.

Com a divisão do estado em 1977, Campo Grande passou a registrar crescimento populacional acelerado, alcançando taxas de 8% ao ano. Esse processo atraiu investimentos federais que viabilizaram a elaboração do Plano de Complementação Urbana pela empresa Jaime Lerner Planejamento Urbano Ltda., instituído pela Lei n. 1.747, de 29 de maio de 1978 (Weingartner, 2008, p. 87).

Diante da necessidade de orientar a expansão municipal, a equipe identificou uma série de fragilidades a serem melhoradas ao longo da malha urbana campo-grandense. Dentre elas, um terreno livre próximo ao centro, com vegetação densa e situado em fundo de vale, propondo sua transformação em parque municipal. Conforme observa Garabini (2004, p. 158), os técnicos provavelmente levaram em

consideração as seguintes características: “constituição uma área sem um projeto definido; pela proximidade com o centro; facilidade de acesso; e pela ausência de áreas públicas de lazer”. O autor complementa que a população era ávida por benefícios nessa fração da cidade, uma vez que já realizavam atividades informais de lazer no terreno e que, a princípio, o programa contava com a implantação de um Centro Cultural, fruto da revitalização de uma edificação existente e, além disso, equipamentos de recreação e lazer.

Segundo relatos do arquiteto Élvio Garabini, em 1978 foi realizado um concurso público para definir o projeto do parque municipal previsto no Plano de Complementação Urbana. O projeto vencedor, elaborado pelo escritório Sérgio & Oswaldo Arquitetos Associados, incluía diversos equipamentos como: pontes, coberturas/churrasqueiras no interior do parque, centro esportivo, reciclagem da antiga edificação do matadouro ; contudo, devido a uma paralisação no início da década de 1980, apenas o bar/restaurante, a sede administrativa e o teatro de arena chegaram a ser construídos (Garabini, 2004, p. 161-164). A Figura 4 ilustra parte das obras correspondentes ao então Parque Municipal no ano de 1983:

Figura 4: Ortofoto que compreende o entorno do Viveiro Municipal, 1983.



Fonte: SISGRAN com edição da autora, 2025.

Entre 1986 e 1993, o Horto Florestal atravessou sucessivas fases de abandono e redefinição de usos, tanto em suas áreas construídas quanto nos espaços livres. Nesse período, duas transformações foram particularmente significativas: o edifício originalmente concebido para abrigar o bar/restaurante foi adaptado para receber a Biblioteca Pública Municipal e, paralelamente, foram realizadas intervenções na malha hidrográfica. A canalização dos cursos d'água resultou no alargamento da Avenida Fernando Corrêa da Costa (ver Figura 5) e no consequente “emparedamento” e tamponamento do Córrego Prosa, fragmentando uma área que antes se configurava como unidade paisagística contínua e comprometendo a circulação de pedestres e meios não motorizados. A retirada da mata ciliar em 1986 acentuou esse processo, produzindo, segundo Élvio, uma paisagem “caótica, sem ordem, sem estilo e descomposta” (Garabini, 2004, p. 164).

Em 1993, diante da deterioração crescente, o então prefeito Juvêncio César da Fonseca decidiu “revitalizar” o local e convidou o arquiteto Élvio Araújo Garabini para elaborar um novo projeto (Figura 6). A intervenção resultou na inauguração do parque reformulado em maio de 1995, com um amplo programa que incluía sede administrativa, biblioteca pública municipal, orquidário, playground, lanchonete/bar, depósito, espelho d’água, pista de caminhada, estações de ginástica, sanitários, quadra de malha, cancha de bocha, pista de bicicross, parlatório, passarela metálica, centro de convivência do idoso, teatro de arena coberto e pista de skate (Garabini, 2004, p. 164-175).

Figura 5: Avenida Fernando Corrêa da Costa em março de 1995.



Fonte: ARCA, 2025.

A reforma reposicionou o Horto como âncora cultural e ambiental no centro da cidade. Entre 1997 e 1999, sua manutenção passou ao Serviço Social do Comércio (SESC) por meio do programa municipal “Adote uma Praça”, o que resultou em um período de intensa visitação, com mais de 30 mil frequentadores por mês (Programa de Parceria Municipal, 1999). Na mesma época, o projeto “A Praça é o Show”, promovido pela Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Turismo (FUNCESP), ampliou ainda mais o uso social do parque ao oferecer oficinas de arte, provas ciclísticas, palestras, bailes, torneios de skate e outras atividades. A iniciativa, segundo a fundação, atraiu entre 8 e 10 mil pessoas por evento. Durante o período de entrevistas, muitos moradores ainda recordam o antigo restaurante (atual Biblioteca Municipal Anna Luiza Prado Bastos) como “um dos melhores locais para dançar e confraternizar”.

Figura 6: Planta original do projeto de Élvio Garabini.



Fonte: Acervo Pessoal, 2025.

Mesmo diante dessas interrupções e da degradação recorrente, o desenho original proposto por Garabini permanece como referência estrutural do parque, sem alterações profundas em sua conformação espacial. Como observa Macedo (2005, p. 88), “a permanência da estrutura funcional de um parque é indicativo de um projeto bem fundamentado e resiliente às transformações do tempo”, princípio que se confirma no caso do Horto Florestal de Campo Grande.

3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A abordagem metodológica empregada nesta pesquisa articula três eixos complementares, que permitem compreender o Horto Florestal como paisagem histórica, ecológica e socialmente produzida. Os procedimentos foram organizados da seguinte forma:

3.1 Revisão bibliográfica e teórica

Realizou-se levantamento de literatura nacional e internacional sobre produção social do espaço (Lefebvre, 2001), vitalidade urbana (Gehl, 2013), sistemas de espaços livres e parques urbanos (Macedo e Sakata, 2003), além de estudos locais sobre a formação da cidade, a malha hidrográfica e espaços públicos de lazer (Garabini, 2004 e Weingartner, 2008). Essa revisão forneceu base conceitual para interpretar o papel do Horto no sistema ambiental e social de Campo Grande.

3.2 Análise documental e histórica

A história do parque foi reconstruída a partir de documentos oficiais, mapas, fotografias históricas, legislações e relatórios institucionais que compila informações do viveiro municipal, registros de reformas, dados ambientais, laudos técnicos, além de documentos referentes ao processo de tombamento. O acesso à esse material foi possível através do Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA) e da Agência



Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB). Essa etapa permitiu identificar marcos cronológicos, transformações espaciais e processos de degradação.

3.3 Análise qualitativa de depoimentos e entrevistas

Ao longo da pesquisa foram realizadas 207 entrevistas através de formulários digitais. Considerando-se a população do bairro Amambai (8.190 habitantes), esse número representa aproximadamente 2,52% de seus moradores; em relação à população total de Campo Grande (786.797 habitantes), corresponde a cerca de 0,026%. Além dos residentes do bairro, também foram ouvidos presencialmente arquitetos e urbanistas, representantes comunitários e agentes vinculados à gestão do Parque Florestal Antônio de Albuquerque. O grupo Escoteiro Lobo Guará também foi uma peça fundamental na compreensão da atual dinâmica administrativa do local, uma vez que realizam suas atividades semanalmente no horto e, mesmo com a interdição, tem contato direto a atual diretora determinada pela SECULT (Secretaria Executiva de Cultura) que, por sua vez, se mostrou disponível para entrevistas apenas após a reabertura do parque (sem prazo definido). A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, direcionada à identificação de percepções relacionadas ao pertencimento, à afetividade, à segurança, à perda de vitalidade urbana e às expectativas quanto ao futuro do parque. Tal procedimento permitiu apreender de que maneira a dimensão humana se expressa na apropriação da paisagem e na construção social do espaço urbano.

4 RESULTADOS

Os produtos da pesquisa demonstram que o Parque Florestal Antônio de Albuquerque não apenas constitui um espaço livre urbano relevante, mas expressa processos contínuos de transformação física, simbólica e funcional que influenciam diretamente sua apropriação pela população. A partir da integração dos dados obtidos, foram identificados seis conjuntos principais de resultados:

4.1 O Parque Florestal Antônio de Albuquerque como paisagem estruturadora da formação urbana

A posição geográfica do Horto, situada na confluência dos córregos Prosa e Segredo, reafirma seu papel como paisagem fundadora na constituição de Campo Grande. Os registros históricos evidenciam que a hidrografia não apenas orientou os primeiros assentamentos, mas condicionou a morfologia urbana inicial, definindo eixos de circulação, áreas de expansão e zonas destinadas a equipamentos públicos. Essa localização estratégica consolidou o Horto como referência territorial desde o início do século XX, conferindo-lhe importância ambiental e simbólica na estrutura urbana.

4.2 Transformações de uso e identidade

O parque passou por transformações sucessivas ao longo de sua história, que revelam distintas concepções de cidade e práticas de gestão urbana. De área



destinada ao Parque Municipal à sua consolidação como Viveiro Municipal, passando pela redução territorial decorrente da canalização dos córregos e, posteriormente, pela implementação como parque urbano em 1995, observa-se uma sequência de mudanças que alteraram sua função, escala e identidade. A inclusão do Horto em processo de tombamento demonstra o reconhecimento crescente de seu valor patrimonial e paisagístico, embora ainda sujeito a fragilidades institucionais.

4.3 Perda de conexão com a hidrografia

As intervenções de canalização realizadas sobretudo após a elaboração do Plano de Complementação Urbana contribuíram para a perda de conexão visual, ecológica e sensorial entre o parque e os córregos que originalmente estruturaram seu sítio. A retificação dos cursos d'água, o tamponamento de trechos e o alargamento da Avenida Fernando Corrêa da Costa resultaram na descaracterização do fundo de vale, comprometendo atributos ambientais como sombreamento ripário, continuidade da vegetação e microclima associado à presença de água. A diminuição da hidrofília da paisagem constitui uma das problemáticas centrais evidenciadas pela pesquisa.

4.4 Potencial ecológico contemporâneo

Embora sua área atual corresponda a apenas 4,4 hectares, o Horto Florestal apresenta potencial significativo para desempenhar funções ambientais estratégicas no sistema de espaços livres de Campo Grande. A área contribui para processos essenciais, tais como a infiltração de águas pluviais, a moderação de temperaturas, a oferta de sombreamento e a sustentação de micro-habitats associados à fauna urbana. Contudo, a cobertura vegetal existente, em grande parte composta por espécies exóticas e marcada por processos de declínio decorrentes da insuficiência de manejo, limita o pleno desempenho dessas funções. Diante desse cenário, a reestruturação da vegetação por meio da introdução de espécies autóctones e adequadas às condições edáficas e climáticas locais configura-se como medida essencial para ampliar a funcionalidade ecológica do parque. A recomposição dirigida, associada a práticas de manutenção contínua, permitiria restabelecer características ambientais compatíveis com a vocação natural do fundo de vale, fortalecendo sua contribuição para a resiliência urbana e para a qualidade ambiental da região central.

4.5 Valor simbólico e apropriação social

Os depoimentos coletados revelam vínculos profundos entre a população e o Horto Florestal. As narrativas incluem lembranças de infância, práticas escoteiras, eventos culturais, caminhadas e momentos de contemplação, demonstrando que o parque constitui espaço de convivência intergeracional e memória urbana. Esse valor simbólico reforça sua função enquanto paisagem cultural e evidencia a centralidade da dimensão humana na compreensão de seu uso.

4.6 Ruptura da dimensão humana

A degradação física, a insuficiência de manutenção e a interdição ocorrida em 2025 produziram uma ruptura significativa na dinâmica social do parque, interrompendo usos cotidianos e práticas comunitárias consolidadas ao longo de décadas. O sentimento de perda manifestado pela população e a mobilização em defesa do parque indicam que sua função transcende o lazer, constituindo-se como elemento estruturante da identidade urbana e da produção social do espaço.

5 DISCUSSÃO

Os resultados demonstram que o Parque Florestal Antônio de Albuquerque desempenha simultaneamente funções ecológicas, históricas e sociais, conformando uma paisagem complexa que se aproxima do conceito de parque estruturador, conforme delineado por Macedo e Sakata (2003). Essa convergência reforça a necessidade de abordagens integradas de gestão e conservação, uma vez que as dimensões ambiental e cultural são indissociáveis.

A desconexão progressiva entre o parque e sua matriz hidrográfica, decorrente dos processos de canalização, evidencia um conflito estrutural entre práticas urbanísticas modernistas e dinâmicas socioambientais locais. A água constitui elemento organizador essencial nos parques situados em fundos de vale, devendo ser valorizada como componente central da experiência paisagística. Sua ausência compromete a funcionalidade ecológica e reduz o potencial de apropriação humana.

As interrupções de uso e o fechamento recente reforçam análises clássicas da teoria urbana. Para Gehl (2013), a vitalidade dos espaços públicos depende de continuidade, diversidade e permanência, atributos diretamente afetados pela degradação do parque. De modo complementar, o autor argumenta que a ausência de condições adequadas de permanência compromete a vida pública e reduz a intensidade dos encontros sociais. Esses aspectos dialogam com Lefebvre (2001), para quem o espaço é produzido socialmente: quando práticas, usos e vivências são interrompidos, interrompe-se também sua produção simbólica e social.

Assim, discutir o futuro do Horto requer reconhecer a interdependência entre vocação ecológica, memória urbana e demanda social por contato com a natureza. A recomposição da hidrografia, seja por meio de soluções de drenagem sustentável, renaturalização simbólica ou recuperação ciliar, aliada à reabilitação dos equipamentos e à gestão participativa, constitui elemento fundamental para restituir o papel estruturador do parque no sistema de espaços livres de Campo Grande.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica, espacial e social do Parque Florestal Antônio de Albuquerque evidencia sua relevância como uma das paisagens centrais de Campo Grande. Sua localização privilegiada, sua trajetória centenária e seu acervo vegetal consolidam sua função como infraestrutura ecológica e patrimônio paisagístico. Além disso, sua forte

apropriação pela comunidade reafirma sua importância como espaço de convivência, lazer, memória e bem-estar.

Entretanto, as recorrentes interrupções de uso, o déficit de manutenção e a perda de conexão com a hidrografia revelam fragilidades institucionais e lapsos no planejamento urbano. Tais elementos geram impactos diretos na vitalidade social do parque e na continuidade de suas funções ecológicas.

Diante desse quadro, conclui-se que qualquer tipo de intervenção que venha a ser realizada no Horto Florestal deve se fundamentar em abordagens integradas que articulem proteção ambiental, valorização da paisagem, reforço da dimensão humana, participação comunitária e políticas públicas permanentes. Somente a partir dessa integração será possível restituir ao parque sua relevância ecológica e social, assegurando sua permanência como uma das paisagens mais significativas da cidade e como referência no sistema de espaços livres de Campo Grande.

REFERÊNCIAS

- ARCA. Campo Grande, MS: Arquivo Histórico de Campo Grande, n.9, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5706**: Coordenação Modular da Construção– Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 1977.
- ALIER, Joan Martinez. **Varieties of Environmentalism**. London: Earthscan Publications Ltd, 1997.
- ALMEIDA, A.; MEDEIROS, A.; SOUZA, E. P. de; CRUZ, E. S. da; VARGAS, I. A. de. **Dinâmica urbana e ambiental do parque “horto florestal” em Campo Grande - MS**. Brazilian Journal of Development, v.4, n.7, p. 3893 – 3910, 2018. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/417>>.
- ANUNCIAÇÃO, Vicentina Socorro; SILVA, Natalia Aude Leite de Araújo. **Análise da vulnerabilidade ao risco na Bacia Hidrográfica do Córrego Segredo na cidade de Campo Grande-MS**. In: Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, 6., 2018. Disponível em <<https://eventos.ecogestaobrasil.net/congestas2018/trabalhos/pdf/congestas2018-et-05-014.pdf>>.
- GARABINI, Elvio Araújo. **Parques Urbanos Aqui, Ali, Acolá**. Porto Alegre, 2004. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- KLIASS, Rosa Grena; MAGNOLI, Miranda M. Áreas verdes de recreação. **Paisagem e ambiente**, São Paulo, n. 21, p. 245-256, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MACEDO, Sílvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial: Edusp: Projeto Quapá, 2002.
- NERIS, Gabriel. Prefeitura reabre Horto Florestal após mais de um ano fechado. Campo Grande News, Campo Grande, jul. de 2021. Disponível em:

<<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/prefeitura-reabre-horto-floresta-l-apos-mais-de-um-ano-fechado>>.

PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DE CAMPO GRANDE. Campo Grande, MS: Planurb, 1988-2020.

ROJAS, Raíssa; TORRES, Thailla. Campo Grande pede de volta seu Horto Florestal em manifestação contra abandono. Campo Grande News, Campo Grande, jul. de 2025. Disponível em:

<<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/campo-grande-pede-de-volta-s-eu-horto-florestal-em-manifestacao-contr-a-abandono>>.

SECTUR. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. **Horto Florestal: Monumentos e Locais**. Disponível em <<http://www.capital.ms.gov.br/sectur/artigos/horto-florestal>>.

WEINGARTNER, Gutemberg dos Santos (2008). **A construção de um sistema: os espaços livres públicos de recreação e de conservação em Campo Grande, MS**. 2008. 192 f. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.